

**História da educação de operários e de camponeses: uma outra história afirmante de
outras matrizes de formação humana**

*History of the education of workers and peasants: another history affirming other matrices of
human formation*

Miguel Gonzalez Arroyo
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Minas Gerais-Brasil

Resumo

O texto apresenta reflexões sobre os vinte cinco anos da Educação do Campo, sobre o que temos a celebrar em face das disputas políticas radicais que enfrenta a Educação do Campo na atualidade: por que projetos? por que história? por que políticas da Educação do Campo celebrar: desde a Educação Infantil à EJA, da Educação Básica até o Ensino Superior e da formação inicial e continuada de educadores e educadoras. O autor nos convida a celebrar os movimentos sociais educadores, sujeitos de outra história de outra educação, afirmando as matrizes mais radicais, mais humanizantes: terra, território, trabalho, teto, moradia, comida, vida, identidades culturais, étnicas, raciais, de gênero, de classe. Outra história de outra educação que exige ser celebrada com seus outros sujeitos em movimentos de libertação: operários, camponeses, indígenas, negros, quilombolas, de gênero, de classe.

Palavras-chave: Educação do Campo; Movimentos Sociais; Resistência.

Abstract

The text presents reflections on the twenty-five years of Rural Education, on what we have to celebrate in the face of the radical political disputes that Rural Education faces today: why projects? why story? why Rural Education policies should be celebrated: from Early Childhood Education to EJA, from Basic Education to Higher Education and the initial and continuing training of male and female educators. The author invites us to celebrate educational social movements, subjects of another history of another education, affirming the most radical, most humanizing matrices: land, territory, work, roof, housing, food, life, cultural, ethnic, racial, gender, class. Another story of another education that demands to be celebrated with its other subjects in liberation movements: workers, peasants, indigenous people, black people, quilombolas, gender, class.

Keywords: Rural Education; Social Movements; Resistance.

Introdução

Que Educação do campo celebrar? Uma celebração que se debate com os esforços por garantir aos povos dos campos, das águas, das florestas, desde as infâncias à vida adulta a educação escolar negada, garantido políticas de educação igualitária, inclusiva no domínio dos conhecimentos? Políticas de formação por áreas do conhecimento: Políticas públicas de educação? Celebrar os avanços, os desafios na formação profissional, nas licenciaturas, na formação continuada, profissional, tecnológica? Celebrar os diálogos nas especificidades das políticas públicas, diversidade, de Arte e Cultura na Educação do Campo? Celebrar políticas de Educação desde a Educação Infantil à EJA, na Educação Básica até no Ensino Superior e na formação continuada e na formação por áreas do conhecimento?

Celebrar uma pluralidade de lutas pela Educação do Campo e pelo fortalecimento do projeto territorial camponês que deixam exposto que a questão agrária e os projetos de Educação do Campo persistem em disputa. Disputas radicais políticas por qual Educação do Campo, por que projetos, por que história da Educação do Campo celebrar.

Disputas por reconhecer que nestes 25 anos houve uma história da educação, formação humana afirmante de outros processos, outras matrizes de formação humana, outras pedagogias de que têm sido não destinatários, mas sujeitos à diversidade de movimentos políticos resistentes com radicalidades políticas e pedagógicas nos campos. Que 25 anos da Educação do Campo celebrar?

Celebrar 25 anos da Educação do Campo é reconhecer que as trabalhadoras e trabalhadores dos campos não foram destinatários, mas sujeitos de uma história política, ética, cultural, pedagógica. É reconhecer e celebrar uma outra história de afirmação, formação humana de que veem sendo sujeitos os movimentos sociais populares, de operários e camponeses, de indígenas, quilombolas, negros, mulheres.... Celebrar essas histórias de educação é reconhecer e celebrar os sujeitos dessa outra história. Que outra história de outra formação, educação celebrar? De que outros sujeitos educadores?

Celebrar os movimentos sociais educadores, sujeitos de outra história de outra educação

Essa história de outra educação teve e tem sujeitos outros na história política, pedagógica. No texto de 2003 - Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais? Lembrávamos já faz mais de vinte anos da necessidade de “estar atentos as múltiplas manifestações de luta pelos direitos humanos, às manifestações de

mobilização coletiva vividas dos excluídos, oprimidos: olhar os processos de humanização que se dão nos movimentos sociais e nas experiências e lutas pela emancipação”. Que virtualidades formadoras vem da diversidade de movimentos sociais? Que princípios, que matrizes humanizadoras reafirmam nos processos de formação humana? Reafirmar as lutas pelos direitos humanos mais básicos como matrizes históricas, perenes de afirmação-formação humana: terra, território, trabalho, moradia, escola, saúde, comida, vida.

Celebrar as mobilizações plurais que agiram e persistem em agir como pedagogos no aprendizado, dos direitos sociais, como educadores de outra educação de outras matrizes de afirmação-formação humana, o movimento operário vinha reafirmando na história da humanização o trabalho como a matriz radical, como o princípio educativo humanizador. Os movimentos sociais por terra, território, moradia reafirmam a terra, o território, a moradia, o espaço, o teto... Matrizes históricas radicais de afirmação-formação humana. Celebrar os operários, camponeses, indígenas, quilombolas, negros.... Em movimentos emancipadores, afirmantes de outra história de outras matrizes de formação humana. Outra história a ser celebrada de outros sujeitos afirmantes de outras matrizes de formação humana.

Celebrar outra educação, outras matrizes de afirmação-formação humana repostas pela diversidade de movimentos sociais educadores ultrapassa o reduzir a história da educação à educação escolar, ao aprendizado dos conhecimentos graduados, disciplinados e melhora a educação escolar para reconhecer as outras matrizes humanizadoras que os movimentos sociais sempre afirmaram na história e em que se afirmaram sujeitos de Pedagogias de oprimidos resistentes por reafirmar outros paradigmas de outra educação, humanização. Dar centralidade a reconhecer e celebrar os movimentos sociais em Vidas Re-existent, afirmantes de sua outra humanidade, reconhecendo as resistências dos movimentos sociais, matrizes de outra afirmação de outras humanidades (Arroyo, 2023).

Paulo Freire (1987) reconhece os oprimidos não como destinatários das pedagogias do Nós conscientes, humanos, mas os reconhece sujeitos de Pedagogias de Oprimidos, vivenciando-se roubados em suas humanidades lutam por recuperar sua humanidade roubada, lutas que são uma forma de recriar, reafirmar sua outra humanidade na história. Paulo Freire (1987, p.16-17) reconhece nessas lutas por recuperar nos oprimidos sua humanidade roubada e por recriá-la, reafirmá-la outra, reconhece que “aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos - libertar-se a si”: os Outros, os oprimidos a ser

História da educação de operários e de camponeses: uma outra história afirmante de outras matrizes de formação humana

celebrados nessa histórica tarefa humanista de resistências às desumanizações reafirmando-se humanos em outras matrizes de afirmação - humanização. Os Outros celebrados em 25 anos de lutas 'se-afirmando as matrizes mais radicais, mais humanizantes: terra, território, trabalho, teto, moradia, comida, vida, identidades culturais, étnicas, raciais, de gênero, de classe. Humanas. Outra história de outra educação que exige ser celebrada, celebrando seus sujeitos em movimentos de libertação: operários, camponeses, indígenas, negros, quilombolas, de gênero, de classe.

Celebrar a radicalidade política pedagógica de reafirmar as matrizes históricas de afirmação humana

A história da educação carrega as dualidades do paradigma abissal de humanos: o Nós síntese do humano racional, pensante, produtivo e os Outros, as diferenças decretadas em estado perene de natureza, de irracionalidade, de imoralidade, de inumanidade. Função que os poderes impõem à educação: tentar a tarefa impossível de superar essas irracionalidades, imoralidades, inumanidade dos outros desde as infâncias para torná-las incluíveis na condição de humanos. Essa história não merece ser celebrada, mas celebrar que a esses paradigmas sacrificiais de humanos os outros decretados em estado de inumanidade resistiram na história pedagógica, colonial, imperial, republicana, capitalista, desumanizante. Sabem-se oprimidos destruídas as matrizes mais radicais da formação humana, da produção de uma existência humana: vivenciam a destruição dos processos, matrizes da produção mais básica da existência humana; a terra, o território, o teto, a moradia, o trabalho, a comida, os cultivos, as culturas, as identidades sociais, étnicas raciais, de gênero, de classe. Resistem em movimentos sociais, históricos, pedagógicos.

Celebrar como os Outros, as diferenças mostraram desde a colônia suas resistências em lutas por esse subsolo material das ruas existenciais como matrizes mais pedagógicas, mais afirmativas de sua condição humana, política, cultural, identitária. Processos pedagógicos nucleares reafirmados em tantas lutas gloriosas e inglórias que exigem ser reconhecidos como processos, matrizes históricas persistentes de humanização, de reafirmação de outra história de outra educação e de reafirmação dos Outros, das diferenças como sujeitos de educação de movimentos sociais educadores. As vivências históricas de condenados a um desumano viver, tem provocado na história resistências políticas, pedagógicas por humanizar as possibilidades de um viver menos inumano, mais humano.

Celebrar como os oprimidos, resistindo às inumanidades das condições materiais, sociais de vivê-la que os poderes os condenam. Veem expondo para a história da educação essas radicais desumanizações, destrutivas de sua condição humana, mas vão além: resistentes às desumanizações das bases sociais, materiais de um humano viver, reafirmam as matrizes mais radicais do reafirmar-se humanos: as lutas pelas condições sociais, materiais mais radicais de sua condição humana, do afirmar-se humanos: lutas por terra, territórios, teto, moradia, trabalho, comida, saúde, vida.... Matrizes radicais, históricas de afirmação, formação humanas, não reconhecidas, ignoradas nas teorias da história oficial e política de Educação.

Da história da Educação se exige reconhecer a história de matrizes desumanizantes dos coletivos oprimidos e reconhecer a história de reafirmar a história de resistências, repondo as lutas por reafirmar as matrizes mais radicais na história da formação humana. Celebrar 25 anos da Educação do Campo é um lembrar essas tensões de processos, matrizes de desumanização e de um celebrar as resistências dos movimentos sociais por reafirmar as matrizes históricas mais radicais de afirmação humana. Reafirmarem-se sujeitos de outra história humana, política resistente em movimentos.

Celebrar que radicalidades políticas? Que matrizes pedagógicas humanizadoras?

As celebrações dos 25 anos do MST são uma oportunidade de reviver as memórias políticas, pedagógicas da diversidade de coletivos, sujeitos dessa outra educação, dessa história de educação afirmante de outras matrizes de formação humana. Tentemos destacar nessa riqueza de memórias de lutas pedagógicas algumas que merecem ser celebradas, memorizadas, perpetuadas:

- Celebrar as resistências articuladas às opressões de operários e camponeses

A matriz mais perene, de humanização dos operários e camponeses tem sido suas resistências às históricas desumanizações do capital fabril e camponês. Manter os trabalhadores das fábricas e dos campos em um estado de permanente estagnação, em péssimas condições sociais de trabalho, de exploração das condições sociais, materiais de produção da vida, tem sido uma exploração articulada da burguesia industrial e agrária. A essa história de opressões desumanizantes os operários e camponeses tem resistido em lutas articuladas. Processos históricos de explorações articuladas do trabalho nas indústrias e nos campos pelo capital industrial e da terra que tenta ser revertida pelas resistências

História da educação de operários e de camponeses: uma outra história afirmante de outras matrizes de formação humana
políticas aliadas, articuladas dos operários e camponeses contra a exploração e pela emancipação social, política, humana dos explorados.

Celebrar 25 anos de retomada, da reafirmação dessa história de alianças operário-camponesas resistentes a manter os trabalhadores nas indústrias e nos campos em permanente estado de pobreza, de desumanizações. Celebrar que as históricas tão próximas de desumanizações impostas pelo capital industrial e agrário provocaram sempre em nossa história política resistências humanizadoras denunciando as persistentes desumanizações anunciando de outra história humanizante feita de articuladas resistências operário-camponesas. Os 25 anos celebram essas histórias políticas denunciando, mas também anunciando.

- Resistências reafirmadas às desumanizações repostas pelo Estado do capital e do mercado

Em nossa história com especial radicalidade à negação dos direitos humanos mais humanos: terra, território, trabalho, vida foram negados e expropriados dos Outros, das diferenças e apropriados pelo Nós. A imposição hegemônica do Estado do capital, do mercado do Agronegócio não desmonta as tentativas de lutar por um Estado de Direitos Humanos? (Arroyo, 2024). As imposições de vivências desumanizantes impostas pelo capital aumentaram aproximando operários e camponeses, em condições sociais, políticas, materiais, desumanas de sem trabalho em trabalhos informais, sem-terra, sem territórios, sem teto, sem renda, sem comida - milhões na fome, sem saúde. Sem vida justa, humana. Milhões de migrantes retirantes, sem terra, sem renda nos campos a engrossar os desumanizados nas cidades: sem teto, sem trabalho, sem renda, sem comida, sem vida justa humana nas cidades. O Estado do Capital, do Mercado, do Agronegócio imposto com requinte desmontando as lutas pelo Estado de Direitos veem acentuando a negação dos direitos mais humanos a milhões de operários e de camponeses veem impondo idênticas desumanizações nos campos e nas cidades provocando novas, idênticas resistências unificadas dos movimentos sociais nos campos e nas cidades. Celebrar os 25 anos do MST, reafirmando velhas e novas resistências, as velhas e novas opressões impostas pelo Estado do Capital e do Agronegócio e pelo desmonte do Estado de Direitos Humanos (Arroyo 2024).

- Celebrar as históricas resistências reatualizadas, repolitizadas

A repolitização das opressões pelo desmonte do Estado de Direitos e da imposição de um Estado do Capital, do Agronegócio exige a repolitização, radicalização política das resistências. Celebrar que não faltaram resistências articuladas dos coletivos vitimados, expropriados do direito a suas terras, territórios, nem faltaram resistências dos coletivos escravizados, explorados no trabalho, resistências políticas históricas reprimidas com barbáries políticas no passado e reatualizadas, repolitizadas no presente Estado do Capital e do Agronegócio.

Os históricos movimentos indígenas, quilombolas, negros pela abolição do trabalho escravo e os movimentos quilombolas e indígenas pela recuperação, reocupação de suas terras, territórios tem sido uma história persistente de reafirmar as lutas por terra, territórios, trabalho, identidades étnico-raciais como matrizes de afirmação de identidades coletivas humanas. Processos históricos articulados desumanizantes de destruição dessas matrizes perenes históricas de humanização dos coletivos sociais que exigem não ser esquecidos, mas exigem ser mantidas nas memórias de uma persistente história de opressões reafirmadas, radicalizadas no Estado do Capital e do Agronegócio. Cultuar o significado político histórico radical do MST de resistir a essa longa história de desumanizações e de reafirmar, radicalizar, repolitizar a centralidade pedagógica, humanizadora das lutas, resistências históricas por reconquistar os territórios, as terras, os trabalhos, as identidades étnico-raciais como as matrizes históricas mais radicais de formação-afirmação humana.

- Celebrar as resistências articuladas dos movimentos sociais emancipadores nos campos

As resistências dos diversos movimentos sociais se enfraquecem se não forem articuladas e se fortalecem quanto mais articuladas nas resistências às opressões tão articuladas dos poderes políticos e de suas estruturas. Aumenta a consciência dos operários e dos camponeses de que as opressões históricas dos poderes têm sido estruturais a exigir movimentos estruturados de resistências. Fortalecer as resistências, a exigir movimentos de trabalhadores e de camponeses resistentes estruturados. Celebrar as lutas por terra, por trabalho, renda, comida, saúde, vida tão próximas aproximando a história das desumanizações e a história das resistências humanizadoras.

História da educação de operários e de camponeses: uma outra história afirmante de outras matrizes de formação humana

Celebrar histórias tão próximas de outra educação, de outros processos, matrizes de humanização que persistem em ser sujeitos o movimento social dos campos, indígenas, quilombolas, negros, de gênero, de classe em suas lutas por trabalho, terra, território, identidades culturais, humanas. Tantas histórias de lutas, resistências pedagógicas articuladas a celebrar, a reforçar, reforçando as identidades resistentes dos movimentos sociais educadores. Celebrar para reforçar.

Celebrar as lutas por terra, territórios matrizes perenes de humanização

Celebrar 25 anos do Movimento da Educação do Campo é reconhecer que a terra, o território tem sido matriz histórica das desumanizações humanas mais radicais o que tornou em nossa história política as lutas por terra, territórios as matrizes mais radicais, políticas de humanização. As lutas por terra, por territórios tem sido a matriz nucleadora da afirmação da Escola, da Terra, da Educação da Terra, do reconhecimento da terra matriz histórica de formação humana. Terra, cultivos da terra, cultura, matriz cultural onde nós cultivamos, formamos, humanizamos.

Celebrar tantas lutas históricas por terras, territórios, cultivos, culturas é celebrar-nos sujeitos humanos ao cultivar a terra, matriz de nossa condição cultural humana. Não será essa a celebração política pedagógica mais radical do celebrar os 25 anos de Movimento da Educação do Campo em lutas pela terra?

Celebrar um Movimento Social que teve e persiste em ter a coragem política, pedagógica de reafirmar a terra, o cultivo da terra como a matriz histórica mais perene do cultivo humano, da formação, afirmação humana na tensa história de desenvolvimento humano.

Uma celebração não só dos 25 anos de lutas por terra, mas que se radicaliza, politiza como expressão, como síntese de séculos de resistências por terra, territórios a ser reocupados pelos povos originários, indígenas, quilombolas, vítimas de expropriação de suas terras desenraizados de suas terras, cultivos, culturas, tradições, memórias, identidades sociais, étnicas raciais, culturais, humanas.

Celebrar os 25 anos repondo, radicalizando velhas e históricas lutas por terras, territórios, por cultivos, culturas, identidades culturais humanas é celebrar tantos anos de uma história de resistências por terra, cultivos, culturas, identidades culturais, humanas que transpassa a nossa história política, cultural, identitária, humana. Os 25 anos de lutas por terra ultrapassam o tempo em nossa história e exigem reconhecer o MST herdeiro, radical

de históricas lutas por terra, territórios, cultivos, culturas, valores, identidades humanas. É celebrar essa longa persistente história de lutas por terra, por territórios, por cultivos, culturas. Por afirmação de identidades culturais, humanas dos oprimidos, desenraizados por terra em nossa história.

Celebrar as vozes da terra, dos Sem Terra

Os movimentos em luta por terra, territórios, trabalho ecoaram na história, vozes, gritos de revoltas. Celebrar o ouvir as vozes abafadas dos oprimidos que ecoam em nossa história político cultural humana que exigem ser ouvidas, celebradas. Celebrar que terra é mais do que terra que as vozes da terra proclamam vozes dos desenraizados das terras originárias. Vozes dos cultivos, culturas, tradições, identidades humanas originárias. Vozes denunciadoras de culturicídios históricos, persistentes, desumanizantes. Vozes resistentes, afirmantes de outras culturas, cultivos das terras e cultivos humanos.

Vozes resistentes dos Trabalhadores Sem Terra que reatualizam, repolitizam as vozes da terra dos povos expropriados de suas terras, territórios: indígenas, quilombolas, negros, vozes da terra reforçadas reforçado as lutas por terra, territórios com matrizes de humanização a não ser esquecidos, mas ouvidas e reconhecidas como as pedagogias mais perenes da história de nossa outra educação.

Celebrar se essas vozes da terra, esse reconhecer a terra, os cultivos, as culturas como as matrizes mais perenes, mais humanizadoras, têm sido ouvidas ou silenciadas, nos currículos escolares nas disciplinas, licenciaturas de formação de docentes.

Celebrar 25 anos de uma Educação do Campo que ouviu e radicalizou essas vozes históricas da terra e as reconheceu como as matrizes históricas de resistentes humanizações. A terra matriz de humanização política, radical a não ser esquecida, nem suas vozes ocultadas, secundarizadas, mas repolitizadas com novas radicalidades nos 25 anos de resistências.

Vozes pela terra, pela recuperação das terras que repõem, repolitizam as vozes das terras indígenas, quilombolas. Repõem as vozes dos humilhados e ofendidos, explorados e oprimidos... vozes que negam a liberdade concedida... (Gonzaguinha) “Vozes” do índio guerreiro que foi pro cativo e de lá cantou. Negro entoou um canto de revolta pelos ares no quilombo de Palmares... Todo o povo desta terra quando pode cantar, canta de dor... o canto de trabalhador... um soluçar de dor (O canto das três raças). As artes têm

História da educação de operários e de camponeses: uma outra história afirmante de outras matrizes de formação humana

reconhecido, os Outros, as diferenças, oprimidos resistentes, nos cantos, nas músicas têm celebrado suas lutas resistentes, tem feito ouvir essas vozes, esses lamentos de dor. O MST e os diversos movimentos dos povos dos campos sempre ouviram, celebram essas vozes resistentes.

Celebrar as lutas pelo trabalho matrizes perenes de humanização

A identidade política de trabalhadores no MST reafirma o trabalho como princípio, matriz nuclear de afirmação, formação humana: que celebrações de resistências aos trabalhos exploradores e afirmativos do trabalho matriz de humanizações repostas nestes 25 anos? Resistentes sem-terra e sem trabalhos expropriados da terra e do trabalho matrizes políticas nucleares de afirmação formação humanos na história. Celebrar as lutas pelo trabalho reforçando as lutas pela terra reforçando sua condição humana.

A celebração das lutas pelo trabalho é a celebração dos trabalhadores, das trabalhadoras, dos campos em suas lutas contra a exploração de sua condição de sem trabalho. Uma denúncia política à condição de retirantes sem trabalho nos campos, condenados a sem trabalho nas cidades. Desenraizados de suas terras, de seus trabalhos nos campos e condenados a desenraizados na condição de sem trabalhos nas cidades, em trabalhos informais desumanizantes nas periferias urbanas. Uma exploração desumanizante nas periferias urbanas repondo, reforçando - históricas - explorações, desumanizações nos campos.

Celebrar uma longa história de resistências a persistentes desumanizações da expropriação da terra e das persistentes desumanizações do trabalho. Denunciar uma persistente história de condenar milhões a desenraizados de suas terras, cultivos, culturas e de seus trabalhos reduzidos em nossa longa, persistente história a condição de trabalhos escravizados, a condição de mercadorias humanas desumanizadas. Celebrar o trabalho como matriz de humanização nos obriga a denunciar o trabalho com matiz, território, vivências históricas de desumanizações políticas históricas tão persistentes.

Denunciar esses processos de históricas desumanizações, no destruir a terra, o território, o trabalho como matrizes de afirmação humana e avançar denunciando que coletivos sociais, étnicos, raciais foram e persistem em ser as vítimas de destruição da terra, do território, do cultivo, do trabalho como matrizes de afirmação de identidades humanas: os povos indígenas, negros, quilombolas expropriados em nossa história de suas terras,

cultivos, trabalhos, decretados em estado de natureza, não de cultura, não de humanidade. Ineducáveis, para os poderes políticos, econômicos, até culturais, pedagógicos.

Celebrar as resistências à decretar terra e trabalho matrizes históricas de desumanizações

O movimento de trabalhadores sem-terra e os movimentos sociais em sua diversidade vêm resistindo a decretar a terra, o trabalho, territórios, matrizes de históricas desumanizações. Em nossa história política, desde a colonização o Nós nos poderes políticos e religiosos se autodeclararam no direito à ocupará as terras, submeter às diferenças ao trabalho escravizante. Terra, territórios, trabalho matrizes não de humanização, mas de desumanização. Expropriar das terras, dos territórios, do trabalho legitimadas no decretar os Outros, as diferenças na condição de natureza, não de cultura, não de humanidade. Um decretar a terra, os territórios, os cultivos, o trabalho, não matrizes de humanização, mas matrizes de inculturas, de desumanizações. Um decretar político que persiste no decretar os Outros, as diferenças sociais, étnicas, raciais, de gênero, de classe na condição de pré-humanos, incapazes de cultivar a terra, incapazes de trabalhos humanizantes.

Celebrar o direito à terra, território, trabalho é mais do que lutar por terra, território, trabalho é resistir ao histórico decretar terra, trabalho matrizes históricas de desumanizações, de persistir em decretar os Outros indígenas, negros, quilombolas, camponeses, das periferias, das águas... Na condição de inumanos incapazes de trabalhos, cultivos da terra matrizes de sua humanização porque persistem decretados em estado de natureza, não de cultura, não de humanidade. Paulo Freire (1987) nos lembra de que os oprimidos sempre viveram consciência dos processos históricos de produção das desumanizações históricas que padecem. Se fazem problema a eles mesmos. O problema de sua humanização é seu problema central porque reconhecem a desumanização como realidade histórica.

Celebrar 25 anos de história da educação é celebrar as resistências a decretar a terra e o trabalho matrizes históricas de desumanizações e de resistências a decretar operários e camponeses em estado de natureza não de cultura, não de humanidade. Históricas resistências a serem celebrados de afirmação dos operários e camponeses, de indígenas, negros, quilombolas... humanos em lutas históricas por serem reconhecidos afirmantes de

História da educação de operários e de camponeses: uma outra história afirmante de outras matrizes de formação humana

cultivos, de culturas, de trabalhos matrizes de humanizações históricas. Reconhecer que desde a colonização em nossa história as lutas por terra, territórios, trabalho tem sido matrizes de lutas por reafirmação de identidades sociais, culturais, humanas dos coletivos decretados pelos poderes sem direito a terra, trabalho porque decretados na condição de inumanidade, de incultura, incapazes de cultivos humanos.

Celebrar com o MST e com a diversidade de movimentos sociais as lutas históricas por terra, territórios, trabalho é celebrar a história mais radical, mais perene de nossa formação humana. É celebrar as resistências dos coletivos, vítimas dos decretados não humanos, não possíveis de tornar a terra, os territórios, o trabalho humano humanizadores. Não possíveis de cultivos de si como humanos não possíveis de culturas da terra, do trabalho humanizantes. Um decretar os Outros, as diferenças sem direito a terra, trabalho, cultivos porque decretados pelo Nós nos poderes em estado de natureza, não de humanidade, não capazes de trabalhar, cultivar as terras como humanos. Uma segregação humana ôntica que tem marcado a história de nossa educação: decretar os Outros, as diferenças inviáveis de formação humana.

Celebrar 25 anos da Educação do Campo é celebrar uma longa história dos operários e camponeses, trabalhadores reafirmarem-se humanos, reafirmando a terra e o trabalho matrizes de formação humana exigindo reconhecimento político, pedagógico. Terra é mais do que terra, trabalho é mais do que trabalho como matrizes históricas de desumanizações e de resistências humanizadores. O MST e a diversidade de movimentos sociais por terra, trabalho repõem a centralidade dos sujeitos em lutas por terra, por trabalho. Essa história política, cultural, pedagógica teve sempre e persiste em ter, sujeitos resistentes de outras pedagogias, de outra educação.

Celebrar as resistências dos trabalhadores da terra a decretados em estado de inconsciência

A diversidade de movimentos sociais e com especial radicalidade os movimentos de operários e camponeses tem desconstruído a saber-se decretados sem-terra, sem trabalho, sem renda... Porque atolados na inconsciência social, política. Paulo Freire resiste a ver, culpabilizar os oprimidos decretando-os em estado de inconsciência à espera de pedagogias de conscientização. Celebrar 25 anos do movimento de trabalhadores Sem-Terra é celebrar o reconhecê-los com Paulo Freire, conscientes das opressões históricas desumanizantes que sofrem como regra na história.

Poderíamos reconhecer nos Trabalhadores Sem-Terra o que Paulo Freire (1987) descobre nas Pedagogias dos Oprimidos? As trabalhadoras, os trabalhadores das terras se propuseram sempre como problema, se fizeram e se fazem a si mesmos, problema, se fizeram e se fazem a si mesmos problema, se indagam, respondem e suas respostas os levaram, os levam a novas perguntas. Um propor-se a si mesmos como problema revelador de sua consciência histórica, de que o problema de sua humanização é e sempre foi seu problema central iniludível. Uma consciência histórica de sofrerem a desumanização como realidade histórica.

Reconhecer que os trabalhadores dos campos na diversidade de coletivos sociais, étnicos, raciais, de gênero, de classe se propuseram sempre a si mesmos como problema, se interrogaram a se interrogam sobre sua humanização, sobre o sofrer as desumanizações como realidade histórica persistente nos obriga a superar o persistente decretar os povos dos campos, em estado de natureza, não de cultura, não de humanidade. A espera de pedagogias de conscientização.

Celebrar 25 anos de Educação do Campo não será celebrar propostas de educação conscientizadora dos trabalhadores inconscientes dos campos, mas de celebrar o reconhecimento da diversidade de trabalhadoras, trabalhadores dos campos, das florestas, das águas, camponeses, indígenas, negros, quilombolas conscientes das expropriações de seus territórios, terras, conscientes das destruições de seus cultivos, culturas, identidades ancestrais humanas. Paulo Freire reconhece: “quem, melhor que os oprimidos se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá melhor que eles, os efeitos da opressão que sofrem” (1987, p. 17), os movimentos históricos persistentes nos campos em nossa história expõem que os diversos coletivos tão oprimidos expropriados de seus territórios, de seus cultivos, culturas, identidades humanas sempre resistiram expondo a consciência das opressões históricas impostas pelos poderes.

Celebrar 25 anos do Movimento da Educação do Campo consciente exige reconhecer que a essa consciência política vem de longe em nossa história, vem da pluralidade de coletivos oprimidos, expropriados de suas terras, territórios, cultivos, culturas, identidade humanas. Celebrar que essa consciência resistente às opressões históricas exige ser reconhecida superando as visões políticas dos poderes e até das propostas pedagógicas conscientizadoras para tirar os povos dos campos do estado permanente de inconsciência,

História da educação de operários e de camponeses: uma outra história afirmante de outras matrizes de formação humana

os povos dos campos, das águas, das florestas, os coletivos indígenas, negros, quilombolas vítimas de históricas expropriações de suas terras, trabalhos, cultivos, culturas, identidades humanas exigem ser reconhecidas sujeitos de consciências resistentes.

A que condição de estado de inconsciência os sem-terra, sem territórios, sem trabalho resistem?

Lembrávamos que celebrar 25 anos do MST é celebrar as resistências conscientes das trabalhadoras, dos trabalhadores dos campos. É celebrar suas resistências ao decretar histórico político, até pedagógico da diversidade de coletivos dos campos em estado de sem-terra, sem trabalho, sem condições sociais, materiais de vida justa humana porque atolados na inconsciência social, política.

Os trabalhadores dos campos têm resistido a essa inferiorização política, cultural, humana com que os poderes tentaram legitimar as desumanizações, as expropriações das terras, dos territórios, dos cultivos, das culturas vivenciam-se responsabilizando-os como trabalhadores dos campos da condição de sem-terra, sem trabalho, sem vida humana porque sem consciência política que incentive a resistir, a trabalhar, cultivar a terra, por vida.

Uma visão arraigada nas análises de nossa história, no decretar os campos, em estado de estagnação, paralisação porque os camponeses em estado permanente de inconsciência não persistem em nossa história política, econômica, social e até pedagógica? A história da Educação do Campo tem conseguido se liberar desse histórico culpabilizar os povos do campo pelo seu estado de inconsciência? A Educação do Campo tem conseguido ver a diversidade de povos do campo em estado de inconsciência? Tem se pensado na missão política, pedagógica de educar, conscientizar a diversidade de povos, de trabalhadores da terra para se libertar em movimentos políticos conscientes?

Celebrar 25 anos do MST nos lembra que essas interrogações foram centrais na Pedagogia da Terra que não faltaram esforços por desconstruir o decretar histórico político da diversidade de trabalhadores dos campos em estado de inconsciência. Que tentativas celebrar o desconstruir a visão política dos povos dos campos paralisados no estado de inconsciência? Uma interrogação a exigir centralidade. Que pontos destacar nesse desconstruir a decretar os trabalhadores dos campos paralisados em estado de inconsciência? Que consciência política, identitária tem afirmado os diversos povos dos campos? Em lutas afirmativas de suas matrizes de formação humana revelam suas

consciências históricas? Os movimentos sociais dos campos reafirmando, as consciências resistentes não reconscientizar as pedagogias que os pretendem conscientizar?

- Resistências a decretar a terra camponesa improdutivo, a decretar os trabalhadores improdutivos

Desde a colônia ao Agronegócio as terras dos povos dos campos têm de ser expropriadas porque decretados inconscientes dos processos de torná-las produtivas. Negar, destruir o direito à terra, territórios desde a colonização ao presente Marco Temporal, porque improdutivo pela inconsciência produtiva dos povos originários e dos camponeses. A improdutividade não seria das terras, mas da condição dos que nelas habitam porque inconscientes dos processos de trabalho, de tornar as terras produtivas. Um decreto histórico dos povos dos campos não tanto em estado de inconsciência política, mas de inconsciência produtiva, responsabilizados do seu precário sobreviver humano porque atolados no estado de inconsciência produtiva. Um estado de inconsciência radical incapaz de ser superado por pedagogias de conscientização política.

Celebrar a radicalidade das pedagogias da terra que não se tem limitado a formação política dos trabalhadores dos campos, mas tem dado centralidade a exigir políticas de formação produtiva reconhecendo, valorizando os valores, saberes do trabalho produtivo até da produção de alimentos alternativos. Reconhecer, valorizar, por em prática processos de produção dos povos do campo acumulados na produtiva história da agricultura camponesa.

- Resistências dos camponeses decretados inconscientes a espera de ser conscientizados

Lembrávamos que o decreto o povo dos campos em estado de inconsciência política e produtiva se legitimou em nossa história, em decreto os coletivos diferentes, em estado de natureza, não de cultura, não de humanidade, logo em estado permanente de inconsciência política, produtiva, humana. Essa visão histórica dos povos dos campos indígenas, negros, quilombolas, camponeses em estado de inconsciência política e produtiva, em estado de irracionalidade, em estado de natureza de incultura, até de incultura produtiva persiste como em decretá-los na condição de inferioridade humana. Inviáveis de ser conscientizados, educados para a conscientização política e produtiva.

História da educação de operários e de camponeses: uma outra história afirmante de outras matrizes de formação humana

A essa história cruel política e pedagógica que condenou e persiste em condenar os povos dos campos em estado de natureza não de cultura, não de humanidade as vítimas oprimidas têm resistido em persistentes movimentos históricos dos povos dos campos, das florestas, das águas de não esperar a ser conscientizados, mas se organizar em coletivos de resistências políticas conscientes. Não estamos a celebrar 25 anos de radicalização de resistências conscientes que veem de longe em nossa história política, reafirmadas, repolitizadas, radicalizadas? 25 anos de outra história de formação humana.

- Camponeses inconscientes, despolitizados a espera de ser conscientizados, politizados pelo operariado consciente?

Celebrar 25 anos dos Trabalhadores Sem-Terra conscientes, politizados desconstrói a visão política hegemônica que decretou os camponeses inconscientes, despolitizados a espera de ser conscientizados, politizados pelo operariado fabril consciente. Desconstrói a justificativa tradicional da visão estigmatizada dos povos dos campos, das florestas, das águas, dos povos indígenas, negros, quilombolas decretados em estado de incultura, de inconsciência política, produtiva, decretados até para ter consciência das explorações sofridas, incapazes de resistências políticas organizadas por libertação.

Uma visão política inferiorizante persistente que decreta os povos dos campos em estado de inconsciência a espera de ser conscientizados pelos movimentos políticos sindicais do proletariado industrial, conscientes e pelos intelectuais orgânicos conscientes e suas pedagogias de educação conscientizadora. Nessa visão dos povos dos campos em estado persistente de inconsciência, indígenas, negros, quilombolas, camponeses não haveria como esperar movimentos políticos resistentes, conscientes sem aprender do movimento operário fabril consciente, pedagógico, libertador.

Os movimentos sociais dos diversos povos dos campos só possíveis se aprendendo a consciência e as formas de resistências, de lutas por libertação do movimento operário? As lutas camponesas, até indígenas, negras, quilombolas, das águas, das florestas só possíveis se aprenderem os processos pedagógicos de sua conscientização do movimento operário industrial e dos coletivos de intelectuais orgânicos conscientizadores? Visões políticas desconstruídas pelas pedagogias da terra pelos diversos coletivos sociais, étnicos, raciais, de gênero em nossa história desconstruindo a visão dos poderes que persistem em decretá-los inconscientes, despolitizados a espera de ser conscientizados por pedagogias conscientizadoras dos intelectuais orgânicos conscientes.

- Os movimentos dos campos reafirmando suas consciências históricas resistentes

Celebrar o MST sujeito de consciências resistentes repõe celebrar, reconhecer a diversidade dos povos dos campos sujeitos de consciências históricas resistentes. Sujeitos de Pedagogias de resistências históricas conscientes. Que resistências históricas? A resistência radical política, de decretados em condição de natureza não de cultura, não de consciência, não de humanidade. A resistência radical política a decretados incapazes de autoconsciência política à espera de ser conscientizados, politizados pelo movimento operário síntese da consciência política de libertação.

O MST não sintetiza essas resistências históricas reafirmantes de históricas resistências pedagógicas da Terra, da diversidade de lutas resistentes conscientes dos povos da terra, dos campos? Uma consciência histórica da diversidade de lutas por terra, territórios, cultivos, culturas, identidades humanas positivas, aprendidas das próprias vivências de vítimas de históricas desumanizações, desapropriações, das terras, territórios, cultivos, culturas. Históricas resistências afirmativas da diversidade de povos dos campos que exigem ser reconhecidas sujeitos de uma outra economia política, de uma outra consciência política, produtiva libertadora.

Os movimentos dos campos reafirmando suas consciências históricas resistentes não renunciam a aprender com as resistências conscientes do movimento operário, mas reafirmam as radicalidades históricas que veem de longe em nossa história dos movimentos dos campos resistindo à expropriação política de suas terras, territórios, cultivos, culturas, identidades humanas. Uma exigência política pedagógica: reconhecer a diversidade de resistências nos campos na radicalidade política específica de uma persistente luta por recuperar seus territórios, terras, cultivos, culturas. Por reafirmar suas identidades humanas destruídas, expropriadas

Essa radicalidade resistente dos povos dos campos à expropriados de sua condição humana, conferiu em nossa história, uma radicalidade única às resistências coletivas, por recuperar suas terras, territórios e assim recuperar seus cultivos, suas culturas, suas matrizes históricas de sua afirmação, formação humana: terra, territórios, cultivos da terra, cultivos humanos reafirmados em históricas resistências conscientes da diversidade, pluralidade de movimentos sociais dos campos. O MST nos seus 25 anos não tem

História da educação de operários e de camponeses: uma outra história afirmante de outras matrizes de formação humana
reconhecido, repolitizado, radicalizado, reafirmado essa história de consciências históricas resistentes?

Celebrar a especificidade das lutas dos operários e camponeses resistentes às especificidades das opressões que sofrem

Celebrar 25 anos da Educação do Campo de lutas do MST repõe uma história de lutas na diversidade dos povos dos campos, dos trabalhadores das terras que veem de longe na história. Uma história que desconstrói o decretar os povos da terra em estado de inconsciência a espera de ser conscientizados. Por quem? Pelo movimento operário consciente? Um decretar que as lutas dos povos da terra, dos campos só serão viáveis sobre a direção política, consciente, resistente do movimento operário fabril? Essa visão não persiste no pensar a viabilidade de um movimento político, resistente, educador da diversidade de povos dos campos atolados em estado de inconsciência passiva?

A visão da questão agrária "imóvel, inviável como movimento político, pedagógico não persiste no narrar nossa história política com uma visão negativa dos povos dos campos? Uma concepção histórica de inferioridade humana dos outros, das diferenças que veem desde a colonização. Uma visão negativa de inconsciência política, de paralização política da diversidade de povos dos campos decretados na condição de inferioridade consciente, moral, racional, cultural, política, humana. Inferioridade só superada aprendendo do movimento operário consciente, conscientizador, libertador, humanizador, educador. O que se espera da diversidade de movimentos indígenas, negros, quilombolas, dos campos, das águas, das florestas é reconhecer suas inconsciências aprendendo do movimento operário consciente, resistente, conscientizador, libertador, pedagógico-humanizador.

Celebrar o movimento Sem-Terra educador, desconstrói essa visão de imobilidade política, pedagógica dos povos dos campos e nos obriga reconhecer que essa história de 25 anos vem de séculos. Que houve e há uma pluralidade de resistências dos povos originários de nossas terras, dos povos escravizados, indígenas, negros, dos povos quilombolas no quilombo de Palmares e em tantos quilombos do passado e do presente. Celebrar essas histórias da terra que vem de longe em nossa história é reconhecer e celebrar a pluralidade de movimentos camponeses, de rebeldias ocultadas, invisibilizadas nas narrativas da história política dos poderes. De rebeldias condenadas, reprimidas, ocultadas no decretar os povos

dos campos atolados em estado de inconsciência, de inculturas, de irracionalidade pré-humanas.

Nesse persistente decretar político, cultural até pedagógico dos povos dos campos em estado de inconsciências não há como esperar movimentos políticos conscientes nos povos dos campos, no campesinato, mas esperar serem conscientizados pelos intelectuais orgânicos dos poderes conscientes ou deixar-se conscientizar pelas lideranças, pela história do movimento operário industrial consciente, resistente, libertador. O movimento operário seria o único movimento político consciente, libertador, pedagógico de que teria»: de aprender os outros movimentos sociais, sobretudo os movimentos camponeses, indígenas, negros, quilombolas, feministas... Aprender com o movimento operário fabril como superar suas inconsciências, suas inculturas, suas imobilidades políticas?

O celebrar os 25 anos do MST como movimento político educador e celebrando a história reconhecida da diversidade de movimentos sociais dos campos em nossa história desconstrói essa persistente visão de que o movimento político-pedagógico do operariado, de classe tenha de ser reconhecido, cultuado, celebrado como a síntese, o modelo a ser seguido por todo movimento social que pretenda ser libertador, humanizante, pedagógico. Reconhecer que os camponeses e a diversidade de movimentos sociais, étnicos, raciais, de gênero, de classe se reafirmaram na história como movimentos políticos, culturais, identitários, pedagógicos obriga a alargar as análises políticas pedagógicas e reconhecer esses outros movimentos sociais educadores superando o decretar do movimento operário, industrial como protótipo único de ser seguido de movimento consciente, resistente, revolucionário, pedagógico.

A essa pretensão vem resistindo a diversidade de movimentos sociais, dos campos que se afirmam educadores pondo em ação em nossa história outras resistências afirmantes de outras matrizes de afirmação-formação humana. Reconhecer o MST como movimento social pedagógico reafirmando a terra, o território, matrizes perenes de humanização enriquece o reconhecer o trabalho fabril como matriz nuclear de formação humana. Quanto mais movimentos sociais afirmantes de outras matrizes de formação humana forem reconhecidos mais rica, mais complexa se toma a história de formação humana, mais matrizes humanizadoras reconhecidas, afirmadas pela diversidade, pluralidade de coletivos sociais, identitários em lutas históricas por essa pluralidade, diversidade de matrizes de

História da educação de operários e de camponeses: uma outra história afirmante de outras matrizes de formação humana
afirmação, formação humana. Volta a pergunta obrigatória para a história da educação: que pluralidade, que especificidade de matrizes a diversidade de movimentos sociais vem afirmando na história de sua humanização?

Celebrar as especificidades das opressões e das resistências dos povos dos campos, das águas, das florestas

Nos acompanha o reconhecimento de que celebrar os 25 anos da Educação do Campo é celebrar, reconhecer que há-houve uma história de resistências específicas dos camponeses à história de opressões específicas dos povos dos campos, das águas, das florestas. Os operários fabris resistiram e resistem as especificidades das opressões do capital empresarial, fabril, mas não foi a única história de opressões do capital dos poderes políticos, nem foi a única história de resistências outras. Os povos da terra, das águas, das florestas, indígenas, negros, quilombolas, dos campos... afirmaram uma história específica de resistências às específicas opressões impostas pelos poderes nos campos desde a colonização, radicalizadas no presente no Estado do Capital, do Agronegócio.

Celebrar 25 anos do MST, movimento político radical do campo nos obriga a uma interrogação: a que opressões específicas, foram submetidos os povos dos campos, das águas, das florestas em nossa história? Em que resistências específicas foram obrigados a lutar e se afirmar como movimentos da terra, camponeses? Em nossa história política os poderes opressores que os desumanizam e a que resistem são coincidentes nos processos de opressão, desumanização, mas tem suas especificidades como poderes do capital industrial e como poderes do capital agrário. Uma exigência para entender as especificidades das resistências dos operários e dos camponeses: entender o que e como os poderes desumanizantes, opressores têm oprimido os Outros em nossa história, o que é comum e o que tem sido e é específico nas relações de trabalho industrial e na especificidade do trabalho, camponeses, na expropriação das terras, territórios, na destruição dos cultivos, das culturas, das identidades humanas, sociais, étnico-raciais.

Celebrar as lutas dos povos, dos campos, das águas, das florestas, nos repõe a necessidade de entender a especificidade dos poderes industriais e da terra, dos campos nos processos políticos de opressão, desumanização para entender as especificidades de lutas, de resistências humanizadoras dos diversos movimentos sociais. Entendendo a especificidade de opressões e de resistências poderemos entender as especificidades de matrizes de formação humanas reafirmadas na especificidade das lutas dos trabalhadores

da terra, dos campos e dos trabalhadores operários no trabalho industrial, fabril. Tentar captar o que é comum e sobretudo o que é específico nos processos de desumanização e de resistências humanizadoras nos levará a captar o que é comum e o que é específico no entender elaborar propostas de Educação dos Campos.

Na diversidade de estudos dos diversos movimentos sociais se vem avançando para reconhecer as especificidades das opressões e das resistências dos povos dos campos, mas persiste uma interrogação: as identidades de classe não superaram essas especificidades desumanizadoras e de resistências humanizadoras? Não teríamos que avançar dando centralidade a ver operários e camponeses, até indígenas, negros, quilombolas oprimidos como classe operária resistindo como classe operária independente da origem social, étnico-racial de gênero...? Não tem sido essa visão de classe operária comum com que o capital industrial ou camponês os vê e oprime na nossa história? Logo, destacar em todas as opressões de todos os coletivos sociais, as opressões de classe operária e destacar, reconhecer em todas as resistências das diversidades sociais resistências da classe operária?

Se todo movimento social for reduzido a resistências organizadas no parâmetro da classe operária - educar, conscientizar todos os movimentos sociais para terem consciência das explorações da classe operária e conscientes das explorações de classe se tornarem capazes de se organizar e resistir como classe? A função da educação seria conscientizar nessa condição de classe operária não tanto conscientizar na condição de identidades como indígenas, negros-quilombolas, mulheres dos campos?

Uma conscientização política única para resistir, se organizar no movimento único de classe? Processos únicos de educação política, de único industrial ou camponês? Uma opressão única de classe-operário-camponesa, provocando resistências organizadas únicas a exigir uma consciência política única, uma formação política única? A diversidade de movimentos sociais aceita ou resiste a esses parâmetros únicos de opressões e de resistências por libertação? Aceita ou resiste a ser educados, conscientizados em um padrão único, hegemônico de resistências por libertação? Aderem, afirmam uma matriz única de humanização? Questões radicais para a história de uma educação que avança reconhecendo e celebrando as especificidades das opressões e das resistências dos povos dos campos tão plurais, tão diversos em resistências históricas que exigem reconhecimento das especificidades de suas lutas afirmativas.

História da educação de operários e de camponeses: uma outra história afirmante de outras matrizes de formação humana

Celebrar a pluralidade de movimentos sociais reforçando a pluralidade de matrizes de humanização

Os 25 anos da Educação do Campo reafirmam a existência histórica de uma pluralidade de movimentos, de lutas políticas afirmativas dos camponeses, dos povos dos campos exigindo serem reconhecidas como camponeses também afirmantes de suas identidades humanas, políticas, culturais reafirmadas de maneira constante pela diversidade de coletivos dos campos em nossa história. Uma exigência para a história dos movimentos sociais: reconhecer essa pluralidade reforçando a pluralidade de matrizes de afirmação-formação humana. Uma constatação que exige reconhecer, narrar a diversidade e a complexidade de matrizes de formação humana reafirmadas pela pluralidade de atores sociais em movimentos afirmativos de sua humanidade negada pelos poderes políticos culturais, até pedagógicos escolares.

Que pluralidades celebrar? Reconhecer que as matrizes de desumanizações e de resistências humanizadoras são diversas ou até sendo comuns operam em processos, dimensões específicas diversas, tanto de desumanizações como de provocar resistências diversas de humanizações. A terra, o território, o espaço, o teto, a moradia tiveram e tem em nossa história da colonização ao presente radicalidades desumanizantes específicas para os diversos coletivos expropriados de seus territórios, terras, cultivos, culturas, identidades humanas. A essas radicalidades específicas desumanizantes foram forçados a resistir reafirmando em nossa história, radicalidades resistentes, específicas, humanizadoras específicas que exigem ser reconhecidas como matrizes específicas de desumanizações humanas, culturais, identitárias específicas de extrema radicalidade - política, antipedagógica.

A história de nossa educação é obrigada a reconhecer essas resistências como matrizes específicas de alta densidade humanizadora nas resistências históricas por recuperar, manter suas terras, seus territórios, nos movimentos indígenas, negros, quilombolas, dos sem-terra nos campos, nas águas, nas florestas, até sem-terra, sem teto, sem moradia nas periferias urbanas. Não é essa a radicalidade resistente de alta densidade humanizadora reafirmada no afirmar-se um movimento sem-terra em lutas por terra?

Ignorar essas radicalidades de tão alta densidade humanizadora ou reconhecê-las, celebrá-las como as matrizes de alta densidade humanizadora? A diversidade de movimentos sociais históricos sobretudo nos campos em lutas por terras, territórios,

cultivos, culturas, identidades na sua pluralidade mostram que se tivemos processos brutais comuns de opressões, desumanizações, tivemos também processos diversos, específicos de resistências às específicas desumanizações opressoras. Tivemos e persistem movimentos sociais reforçando a pluralidade de matrizes de humanizações que exigem reconhecimento na história de nossa educação. Exigem reconhecimento de outra história de nossa educação nos campos, nas águas, nas florestas.

Celebrar outra história de outra educação que reconheça com Paulo Freire, os povos dos campos, das águas, das florestas como oprimidos na história afirmantes de outras pedagogias de oprimidos roubadas em suas humanidades, mas resistindo por se libertar, por recuperar suas humanidades roubadas que é uma forma de recriá-la, de reafirmar-se humanos. Em *Vidas Re-existentes* reafirmando sua outra humanidade na história.

Poderíamos celebrar nestes 25 anos de outra educação do campo o que Paulo Freire (1987, p. 16-17) celebra, reconhece, enfatiza: “aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos - libertar-se a si e aos opressores? Só o poder que nasce dos oprimidos, das resistências dos oprimidos será suficientemente forte para libertação...”

Celebrar 25 anos não tanto de pedagogias, de educação para conscientizá-los, educá-los, humanizá-los, os povos dos campos, das águas, das florestas, mas para celebrar 25 anos e uma longa história de reconhecimentos de terem sido sujeitos de outra história, de outras pedagogias, reafirmantes de suas matrizes históricas de lutas por terra, territórios-cultivos, culturas, valores, saberes, identidades sociais, humanas.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Vidas re-existentes: Reafirmando sua outra humanidade na história.** São Paulo: Vozes, 2023.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Tempos de desmonte do estado de direitos humanos: tempos de imposição de um estado de mercado, do capital. **Revista Carlos Chagas**, 2024.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Avanços e desafios das políticas públicas de Educação do Campo e as lutas para o fortalecimento do projeto territorial camponês. Conferências Proferida no Encontro Nacional de 25 anos de Educação do Campo e do PRONERA: Educação do Campo, das águas e das Florestas. SECADI/MEC. Salvador- Ba, 28 de fevereiro e 02 de março de 2024. In: <https://www.youtube.com/watch?v=ESmhRAufJ34>. Acesso em 13/09/2024b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1987.

História da educação de operários e de camponeses: uma outra história afirmante de outras matrizes de formação humana

Sobre o autor

Miguel Gonzalez Arroyo

Doutor em Educação pela Stanford University. Professor titular emérito da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor Honoris Causa da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Email: g.arroyo@uol.com.br. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-3702-2057>

Recebido em: 01/10/2024

Aceito para publicação: 28/10/2024